GPE 2030

PLANO ESTRATÉGICO

GPE Transformando a educação

PREFÁCIO

A educação constitui o investimento mais determinante que podemos realizar no nosso futuro coletivo. Contribui para o crescimento económico, fortalece a estabilidade social e aumenta a resiliência. A educação dota as pessoas das aprendizagens e competências necessárias para se adaptarem, inovarem e contribuírem para o progresso das suas nações. Simultaneamente, a educação é um direito humano fundamental que, quando plenamente concretizado, gera oportunidades não apenas para os indivíduos, mas também para economias inteiras.

Para os 748 milhões de crianças que a Parceria Global para a Educação (GPE) procura alcançar nos países parceiros e elegíveis, o acesso a uma educação de qualidade assume um carácter ainda mais essencial num contexto marcado por mudanças profundas. Os rápidos avanços tecnológicos estão a reconfigurar os mercados de trabalho, enquanto os conflitos, as alterações climáticas, as situações de sobre-endividamento e as dinâmicas demográficas exercem uma pressão crescente sobre os sistemas públicos e os recursos disponíveis. Em muitos países, os orçamentos da educação enfrentam constrangimentos significativos precisamente quando a necessidade de sistemas de aprendizagem mais eficazes e inclusivos se torna mais premente.

Neste contexto, o novo plano estratégico quinquenal da Parceria Global para a Educação – o GPE 2030 - traça um percurso claro e ambicioso rumo a uma educação de qualidade para todos. A estratégia assenta numa ideia simples, mas poderosa: a concretização do direito de cada criança a uma educação de qualidade exige reformas inclusivas lideradas pelos países, ancoradas em sistemas sólidos e sustentáveis e apoiadas por parcerias e financiamento eficazes. Uma abordagem orientada para resultados, à escala da parceria, acompanhará os progressos face a esta ambição, evidenciando de que forma os parceiros e o financiamento da GPE contribuem para a concretização das aprendizagens de cada criança através de sistemas educativos robustos e adequadamente financiados.

No centro do plano GPE 2030 encontra-se um compromisso renovado com a transformação dos sistemas educativos, para que beneficiem todos os alunos. Tal implica promover reformas que enfrentem as múltiplas e interligadas barreiras que impedem as crianças de aceder, concluir e prosperar na educação, quer estejam associadas à pobreza, ao género, à deficiência, à deslocação forçada, à localização geográfica ou à vulnerabilidade climática. Independentemente da prioridade política de um país parceiro - desde o reforço das aprendizagens fundamentais

ao desenvolvimento de competências do século XXI ou à integração da resiliência climática nos sistemas educativos - o GPE 2030 reforça o enfoque da parceria em resultados que assegurem melhorias duradouras na aprendizagem, na equidade e na segurança.

O GPE 2030 baseia-se nas aprendizagens extraídas do plano estratégico anterior e reforça a ênfase na forma de alcançar mudanças reais. Reconhece que sistemas educativos sustentáveis requerem financiamento adequado e sustentável, assente em recursos internos. Contudo, progressos rápidos dependem da complementaridade dos orçamentos nacionais com outras fontes de financiamento inovador e catalítico provenientes de parceiros bilaterais, multilaterais, filantrópicos e privados. O GPE 2030 reforça igualmente a capacidade da parceria para mobilizar novas parcerias e alavancar recursos adicionais para o setor da educação, alinhados com as prioridades definidas pelos próprios países.

A transformação dos sistemas educativos depende de parcerias, tanto para introduzir novas ideias como para ancorar as reformas nas realidades locais. O plano GPE 2030 reconhece que mudanças duradouras exigem um envolvimento significativo dos professores, dos jovens e da sociedade civil para promover reformas e reforçar a responsabilização. Exige igualmente parceiros de desenvolvimento que se alinhem com as prioridades nacionais, e não com projetos próprios. São este tipo de parcerias amplas e inclusivas, assentes no respeito mútuo, que definem a identidade e o impacto da GPE.

Enquanto Diretora Executiva da GPE, testemunhei a determinação dos países em priorizar a educação mesmo em contextos de grande adversidade. Observei líderes tomarem decisões corajosas para proteger os orçamentos da educação, comunidades reconstruírem escolas após crises e professores responderem ao desafio de apoiar crianças que perderam meses e até anos de aprendizagem. Atos como estes inspiraram e moldaram o plano GPE 2030.

O caminho que se avizinha não será fácil. Mas a história ensinou-nos que o progresso na educação não se alcança através de projetos de curto prazo ou de esforços fragmentados. Alcança-se através de liderança nacional de longo prazo, investimento sólido e da solidariedade de uma comunidade global que acredita no direito de cada criança a aprender.

Laura Frigenti



Diretora Executiva

INTRODUÇÃO

Ao definir a sua estratégia para os próximos cinco anos, a Parceria Global para a Educação (GPE) demonstra que está preparada e mais capacitada do que nunca para trabalhar lado a lado com os seus países parceiros na transformação dos respetivos sistemas educativos, de modo a enfrentar um futuro incerto. A estratégia GPE 2030 assenta nas forças da GPE enquanto maior fundo e parceria global exclusivamente dedicada à educação.

O plano GPE 2030 apresenta um percurso claro para apoiar reformas educativas lideradas pelos países, com vista a assegurar que cada criança possa desenvolver as competências essenciais que serão exigidas às centenas de milhões de jovens que ingressarão no mercado de trabalho nos próximos anos. Esse apoio reforça a liderança nacional e a parceria inclusiva, fortalece os sistemas educativos para que produzam resultados em escala e melhora a sustentabilidade do financiamento interno, complementando-o com financiamento inovador. Uma abordagem orientada para resultados, à escala da parceria, acompanha os progressos em matéria de aprendizagem e inclusão alcançados através das subvenções e do cofinanciamento, bem como os esforços coletivos destinados a apoiar sistemas educativos mais robustos e sustentáveis.

A **secção 1** da estratégia expõe as múltiplas crises que afetam a educação nos países de baixo e médio rendimento, desde conflitos e deslocações forçadas até à insegurança alimentar e a desastres relacionados com o clima. Tais choques não só ocorrem com maior frequência, como se revelam cada vez mais interligados. Os sistemas educativos devem ser resilientes perante crises, enquanto formam jovens adultos capazes de liderar e impulsionar a recuperação.

A **secção 2** sublinha o enorme potencial de uma educação inclusiva e de qualidade como fator de proteção contra futuras calamidades e como motor essencial da estabilidade, do crescimento e da segurança de um país. No entanto, é necessário um reconhecimento mais amplo do papel da educação na promoção do crescimento económico e da prosperidade, funcionando efetivamente como um multiplicador do impacto do investimento em todos os setores.

Financiar a educação de forma a remover definitivamente as barreiras que impedem todas as crianças de aceder a uma educação de qualidade, independentemente de quem sejam ou de onde vivam, ampliará ainda mais os

seus benefícios. O planeamento e as políticas inclusivas são fundamentais, mas igualmente importantes são os investimentos nos professores que inspiram e ensinam os alunos, bem como nas tecnologias que melhoram a prestação do serviço educativo.

A **secção 3** analisa estes imperativos e considera outras aprendizagens extraídas durante o GPE 2025 que inspiraram e moldaram esta estratégia para os próximos cinco anos. Em particular, examina os benefícios decorrentes da ênfase da GPE na liderança dos países, no alinhamento do apoio em torno de uma prioridade clara de reforma educativa e na importância de abordar de forma sistemática a igualdade de género e a inclusão.

O foco dos países parceiros numa única reforma promoveu debates mais construtivos e representativos entre as partes interessadas sobre o que implica a transformação dos sistemas educativos, como pode ser alcançada e quais os recursos necessários para a concretizar. Tal conduziu, por sua vez, a um enfoque mais rigoroso nos dados de aprendizagem, na igualdade de género e inclusão, na monitorização de resultados e no financiamento interno sustentável da educação. Para a GPE, os últimos cinco anos ficaram igualmente marcados pelo cumprimento do compromisso de reduzir os prazos de aprovação das subvenções e de aproximar as suas funções dos países que apoia, mantendo simultaneamente a contenção dos custos operacionais.

A **secção 4** define de que forma esta evolução molda a abordagem da GPE no apoio aos países parceiros na prossecução de reformas educativas ambiciosas e inclusivas. A GPE irá expandir a utilização de financiamento inovador de modo a reforçar (e não substituir) o financiamento interno da educação, podendo assim reduzir a dependência de recursos externos. Manter-se-á a ênfase na superação das múltiplas barreiras à inclusão, incluindo as relacionadas com o género, a deficiência, os refugiados e outros grupos marginalizados, em função dos contextos locais. O alargamento da disponibilidade e da utilização de dados sobre resultados de aprendizagem para melhor informar as políticas e o planeamento educativo, bem como a melhoria do volume, da equidade e da eficiência do financiamento interno, permitirá operacionalizar o financiamento baseado em resultados da GPE.

A GPE irá procurar promover uma participação mais ampla de diretores escolares, professores e alunos na conceção e implementação de reformas educativas. Prestará igualmente apoio aos esforços destinados a conferir maior centralidade à educação nos processos de planeamento e tomada de decisão nos diferentes ministérios ou agências cujo contributo é essencial para a transformação dos sistemas educativos.

GPE 2030 PLANO ESTRATÉGICO 2025-2030

OS PRINCÍPIOS DA GPE

- A educação como bem público, direito humano e facilitador de outros direitos
- Concentrar os nossos recursos na garantia de aprendizagens, equidade e inclusão para as crianças e jovens mais marginalizados, incluindo os afetados pela fragilidade e conflito
- Alcançar a igualdade de género
- Promover um diálogo político inclusivo e baseado em evidências, envolvendo governos nacionais, doadores, sociedade civil, professores, filantropia e setor privado
- Prestar apoio que promova a vinculação nacional e as prioridades identificadas pelos países, associado ao desempenho dos países na melhoria da equidade e das aprendizagens
- Reforçar a eficácia do desenvolvimento através da harmonização e do alinhamento da ajuda com os sistemas nacionais
- Promover a responsabilização mútua e a transparência em toda a parceria
- Agir com base na convicção de que a parceria inclusiva constitui o meio mais eficaz para alcançar resultados de desenvolvimento

A GPE EM SÍNTESE

VISÃO

UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA CADA CRIANÇA

MISSÃO

Mobilizar parcerias e investimentos que transformem os sistemas educativos nos países parceiros, sem deixar ninguém para trás

META

Acelerar o acesso, os resultados de aprendizagem e a igualdade de género através de sistemas educativos equitativos, inclusivos e resilientes, preparados para o século XXI

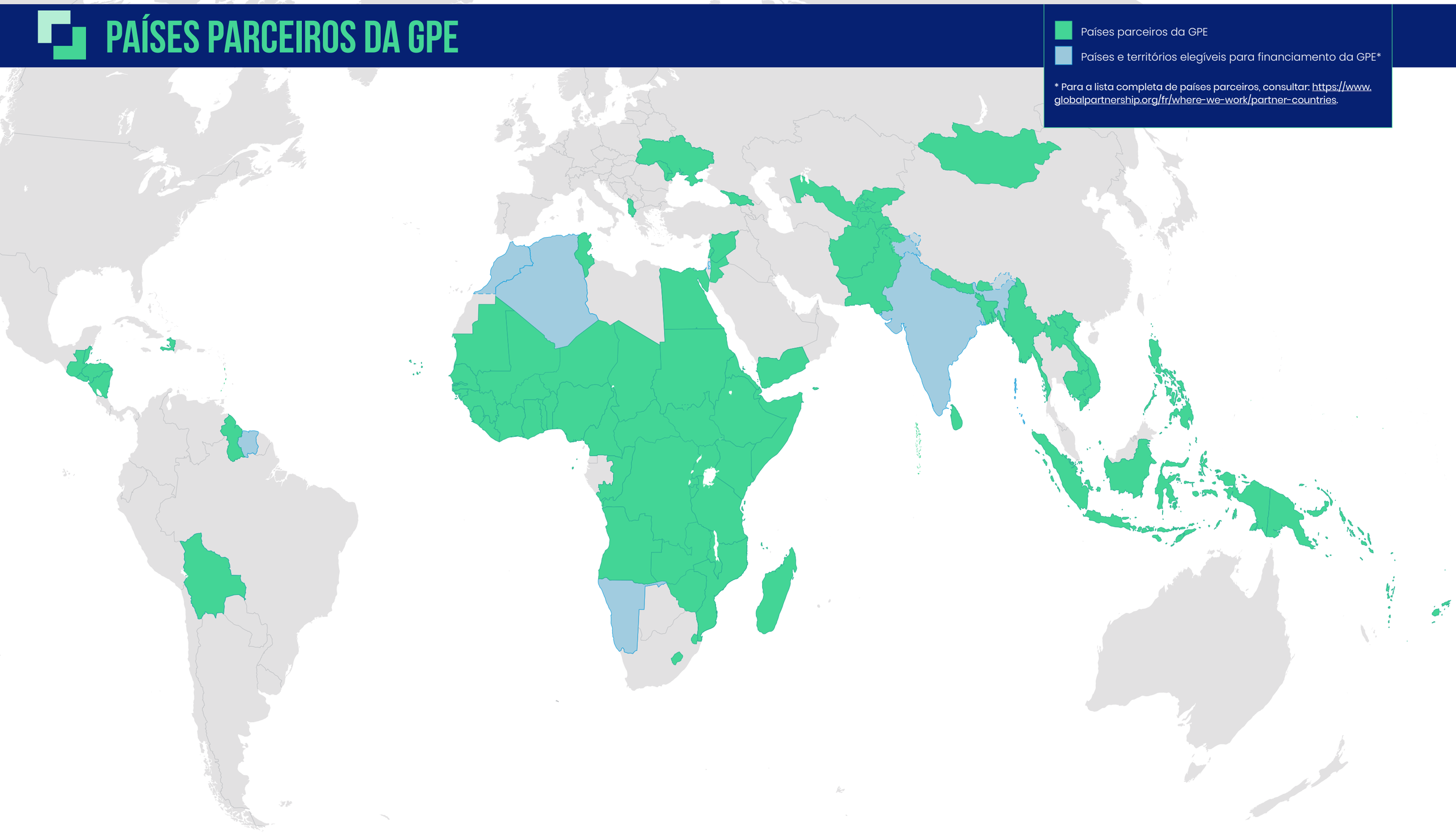
OBJETIVOS

Reformas educativas prioritárias, lideradas pelos países, eficazmente implementadas, integrando plenamente a igualdade de género e a inclusão de pessoas com deficiência, refugiados e outros grupos marginalizados, em função do contexto nacional

Financiamento interno e externo mobilizado para apoiar e sustentar a implementação eficaz das reformas prioritárias

Reformas impulsionadas e sustentadas por parcerias coordenadas, eficazes, inclusivas e responsáveis, incluindo as principais partes interessadas do sistema

PAÍSES PARCEIROS DA GPE



Países parceiros da GPE

Países e territórios elegíveis para financiamento da GPE*

* Para a lista completa de países parceiros, consultar: https://www.globalpartnership.org/fr/where-we-work/partner-countries.

* Elegibilidade conforme decisão do Conselho de Administração da GPE (junho de 2025)

1. UM MUNDO AFETADO POR MÚLTIPLAS CRISES

O mundo está a entrar numa era de crises sobrepostas e cumulativas que estão a reconfigurar o panorama do desenvolvimento. Os choques climáticos, conflitos, situações de sobre-endividamento, pressões demográficas e fragilidade democrática convergem para criar um ambiente global de incerteza e volatilidade. Os países de rendimento baixo e médio-baixo enfrentam crises simultâneas que pressionam a capacidade orçamental e fragilizam o contrato social. Os custos do serviço da dívida atingiram níveis recorde, desviando recursos de investimentos essenciais nas pessoas e na resiliência. Em muitas regiões, a insegurança alimentar, a deslocação forçada e os desastres relacionados com o clima estão a aumentar significativamente, recaindo o maior peso sobre os países mais pobres e frágeis.[1]

Os progressos arduamente alcançados na redução da pobreza, no desenvolvimento do capital humano e na igualdade de género estão em risco, à medida que os governos enfrentam escolhas difíceis entre resposta a crises e investimento de longo prazo. O espaço orçamental para a educação, a saúde e a adaptação climática está a diminuir precisamente quando as exigências sobre esses sistemas aumentam. Os países de rendimento baixo e médio-baixo enfrentam um défice anual de financiamento da educação de 97 mil milhões de dólares para alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 até 2030, enquanto a percentagem global da ajuda destinada à educação deverá diminuir 25 por cento até 2027.[2] Ao mesmo tempo, as transições demográficas, a rápida transformação tecnológica e o declínio da confiança nas instituições públicas estão a testar a capacidade das sociedades para se adaptarem e governarem de forma inclusiva.[3] O impacto combinado é um mundo em que os choques são mais frequentes, mais interligados e mais difíceis de superar.

As crianças estão cada vez mais concentradas em países de baixo e médio rendimento, onde 1 em cada 4 pessoas tem menos de 14 anos. À escala mundial, 86 por cento das crianças vivem atualmente nestes contextos.[4] A África Subsaariana está a atravessar a transformação demográfica mais rápida da história moderna: prevê-se que a sua população em idade ativa aumente em mais de 620 milhões de pessoas até 2050.[5] Este aumento da população jovem representa simultaneamente uma oportunidade e um desafio. Os investimentos em educação e competências determinarão se este aumento se tornará um motor de crescimento inclusivo ou uma fonte de agravamento das desigualdades.

Neste contexto, a educação afirma-se como uma força estabilizadora poderosa e um investimento crítico no futuro. Quando os sistemas educativos falham, os efeitos repercutem-se ao longo das gerações, aprofundando desigualdades, fragilizando economias e alimentando a instabilidade. A educação, enquanto direito humano e facilitador de outros direitos, corre o risco de ser ainda mais fragilizada. Investir na aprendizagem é, por conseguinte, não apenas um imperativo moral, mas também uma necessidade estratégica: constitui a base para que as sociedades resistam, se adaptem e se transformem face a múltiplas crises.[6]

2. EDUCAÇÃO: UM INVESTIMENTO ESSENCIAL E UMA RESPONSABILIDADE PARTILHADA

O acesso equitativo a uma educação de qualidade gera dividendos sociais, económicos e de paz que promovem a estabilidade e a resiliência num mundo em rápida transformação. A educação é um direito humano, um caminho para a prosperidade e um pilar da paz, da estabilidade e da segurança humana. Investir numa educação inclusiva e equitativa reforça a capacidade das sociedades para gerir conflitos, adaptar-se às pressões migratórias e climáticas e sustentar as condições necessárias a um crescimento duradouro.

Nas últimas cinco décadas, a educação contribuiu para cerca de 50 por cento do crescimento económico global e ajudou a reduzir a pobreza extrema em aproximadamente 40 por cento.[7] Cada ano adicional de escolaridade aumenta os rendimentos individuais em cerca de 10 por cento; no caso de crianças com deficiência, os ganhos são ainda mais elevados, estimados entre 19,3 por cento e 25,6 por cento por ano.[8]

Quando tratada como prioridade estratégica nacional, a educação multiplica o impacto dos investimentos em todos os setores. Promove economias mais fortes, sociedades mais coesas e maior resiliência a choques. Uma educação de qualidade reforça a governação e a confiança social, criando condições para estabilidade política e paz. Países com níveis mais elevados de escolaridade apresentam menor

risco de conflito violento e maior coesão social.[9] A educação dota os jovens de conhecimentos cívicos, pensamento crítico e oportunidades económicas, reforçando a legitimidade institucional e reduzindo a fragilidade.

O investimento na educação constitui um investimento na construção da paz e na recuperação. Em contextos pós-conflito, a educação inclusiva contribui para reconstruir o contrato social, promover a tolerância e uma identidade partilhada e reduzir a atratividade de movimentos extremistas ou violentos.[10] A educação das raparigas é particularmente transformadora: cada ano adicional de ensino secundário reduz o casamento precoce, diminui as taxas de fecundidade e aumenta a participação cívica - benefícios que se estendem por gerações e reforçam a estabilidade das comunidades.[11]

Os investimentos na educação de refugiados e de populações deslocadas podem gerar retornos económicos, sociais e de desenvolvimento de grande alcance, em função das opções políticas adotadas, incluindo a integração nos sistemas nacionais de educação e de mercado de trabalho, bem como a adequação e previsibilidade do financiamento. Estes benefícios não se limitam aos refugiados, estendendo-se igualmente às comunidades de acolhimento e aos países de origem.[12] Em contextos de fragilidade ou afetados pelas alterações climáticas, manter as crianças (especialmente as raparigas) na escola protege-as da exploração e da possível deslocação forçada, enquanto ajuda as comunidades a adaptarem-se às mudanças ambientais e económicas.[13]

A falta de investimento na educação acarreta custos económicos e sociais significativos. A inação poderá custar aos governos 1,1 biliões de dólares por ano devido ao abandono escolar, acrescidos de 3,3 biliões de dólares resultantes de competências básicas insuficientes.[14] Sem ação urgente, as perdas de rendimentos ao longo da vida poderão atingir 21 biliões de dólares - cerca de 17 por cento do produto interno bruto global.[15] As oportunidades educativas limitadas para as raparigas, por si só, estão estimadas em perdas entre 15 biliões e 30 biliões de dólares em produtividade ao longo da vida.[16]

Apesar dos progressos registados na expansão das matrículas no ensino primário, a identidade individual e o contexto geográfico continuam a condicionar de forma determinante o acesso à educação. Nos países parceiros da Parceria Global para a Educação (GPE), o número de crianças não escolarizadas aumentou em 14 milhões entre 2016 e 2023, atingindo 179 milhões - dois terços das quais vivem em países afetados pelo conflito e fragilidade. Sem ação urgente, milhões adicionais permanecerão excluídos até 2040. Metade de todas as crianças não escolarizadas vive nos países mais vulneráveis aos impactos climáticos, enquanto a rápida mudança demográfica exerce pressão adicional sobre sistemas já sobrecarregados.[17]

As barreiras à educação intersetam-se entre pobreza, género, deficiência, conflito, deslocação forçada e vulnerabilidade climática. Raparigas com deficiência em áreas rurais figuram entre as menos propensas a frequentar a escola. Globalmente, 240 milhões de crianças com deficiência (muitas em contextos de crise) apresentam uma probabilidade 49 por cento superior de nunca terem frequentado a escola. Crianças refugiadas e deslocadas, especialmente raparigas, enfrentam barreiras acumuladas de insegurança, discriminação e recursos limitados.[18]

As competências exigidas aos jovens à medida que ingressam no mundo do trabalho estão a evoluir. Competências cognitivas de ordem superior e socioemocionais - incluindo resolução de problemas, pensamento crítico, criatividade, comunicação e colaboração - são essenciais para a adaptação a novas tecnologias e para profissões que não podem ser facilmente automatizadas.[19] Estas capacidades desenvolvem-se progressivamente ao longo do percurso educativo, iniciando-se em competências fundamentais de natureza holística: literacia, numeracia, desenvolvimento socioemocional e preparação digital. Múltiplos percursos de aprendizagem - desde a primeira infância até ao

ensino secundário - bem como opções flexíveis, baseadas na comunidade e integradas no trabalho, assentes na equidade e nas prioridades nacionais, são determinantes para apoiar os jovens na aquisição de competências relevantes para o trabalho e para a vida.

Abordar a pobreza de aprendizagem - entendida como a proporção de crianças de 10 anos incapazes de ler e compreender um texto simples - é determinante para desbloquear o potencial individual e impulsionar o crescimento nacional. As competências fundamentais constituem a base da aprendizagem ao longo da vida, da empregabilidade e da resiliência. Evidências recentes provenientes da Indonésia e do Paquistão apontam para retornos económicos elevados associados a investimentos nas aprendizagens fundamentais.[20] A pobreza de aprendizagem afeta de forma desproporcionada os grupos mais marginalizados, incluindo raparigas, crianças com deficiência, alunos em contextos afetados pelo conflito e populações refugiadas e deslocadas.[21]

Os professores continuam a constituir o pilar central de uma educação de qualidade; contudo, o mundo enfrenta um défice de 44 milhões de docentes até 2030, sobretudo em países de rendimento baixo e médio-baixo. Os professores representam o fator escolar com maior impacto nos resultados de aprendizagem, desempenhando um papel central no desenvolvimento de competências fundamentais e de ordem superior. Reforçar o apoio e a liderança docente - particularmente das mulheres - é essencial para a recuperação das aprendizagens.[22] As condições de trabalho inadequadas, remunerações insuficientes e oportunidades limitadas de desenvolvimento profissional comprometem o recrutamento e a retenção. As organizações de professores desempenham um papel crucial no diálogo político em educação, aportando conhecimento profissional, representando vozes diversas e colaborando com os governos na conceção e implementação de reformas que fortalecem o ensino e a aprendizagem.

Tecnologias educativas bem concebidas podem complementar o trabalho docente, ampliar o alcance e reduzir lacunas de aprendizagem; no entanto, o acesso permanece profundamente desigual. Apenas 36 por cento da população nos países de baixo rendimento tem acesso à internet, e a superação da divisão digital exigiria um investimento estimado em 1,6 biliões de dólares até 2030.[23] Os avanços tecnológicos comportam igualmente riscos, incluindo o potencial de aprofundar desigualdades ou introduzir novos enviesamentos ou impactos negativos, caso não sejam enquadrados por uma governação robusta, salvaguardas éticas e pedagogias lideradas por professores.

O mundo nunca precisou tanto da educação. A oportunidade de construir sistemas educativos sustentáveis, inclusivos e apoiados pela tecnologia - conforme preconizado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - é evidente; contudo, a rápida contração do financiamento da educação constitui um constrangimento crítico. À medida que o espaço orçamental se reduz e a ajuda tradicional diminui, os orçamentos da educação enfrentam pressão crescente precisamente no momento em que a educação é mais necessária para permitir às sociedades adaptar-se, diversificar-se e recuperar.

3. ANÁLISE RETROSPETIVA SOBRE A GPE 2025: TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO E APRENDIZAGENS EXTRAÍDAS

A transformação do sistema constitui o elemento central do modelo da GPE para a melhoria sustentada dos resultados educativos. No âmbito do plano GPE 2025, a parceria passou de uma abordagem centrada no planeamento setorial e em intervenções baseadas em projetos para uma abordagem coerente, de âmbito sistémico, orientada para reforçar as condições necessárias à implementação sustentável de reformas educativas.

O plano GPE 2025 reconheceu que os sistemas educativos são ecossistemas complexos, nos quais o progresso depende da forma como os diferentes componentes interagem e se reforçam mutuamente. Alcançar resultados em escala exige mais do que o financiamento de projetos isolados; depende do alinhamento e da coerência entre os elementos do sistema, sustentados por compromisso político, capacidade institucional e parcerias inclusivas. O enfoque numa única reforma prioritária visou reforçar a atenção à gestão da mudança no seio dos sistemas educativos, maximizar o alinhamento entre intervenientes e fortalecer a vinculação nacional da implementação.

A abordagem de transformação do sistema assenta em quatro princípios fundamentais:

- **Liderança e vinculação nacional**: as reformas são lideradas pelos governos e ancoradas nos planos nacionais do setor da educação.
- **Coerência e alinhamento**: todos os intervenientes convergem em torno de uma prioridade comum de reforma, evitando fragmentação e duplicação.
- **Financiamento orientado para resultados**: os recursos são mobilizados para reforçar os sistemas governamentais e incentivar progressos mensuráveis.
- **Inclusão e resiliência**: as reformas procuram eliminar barreiras enfrentadas por alunos marginalizados e reforçar a capacidade dos sistemas para resistirem a choques.

A transição de uma lógica de projetos para uma lógica de transformação sistémica exige novas formas de atuação. Os esforços de reforma iniciam-se com um diagnóstico partilhado dos pontos de bloqueio do sistema que afetam a implementação da reforma prioritária, ancorada nos planos nacionais existentes. Este processo colaborativo reúne liderança política e perspetivas técnicas, concentrando a atenção nas mudanças com maior probabilidade de gerar melhorias mensuráveis. As principais aprendizagens extraídas incluem as seguintes:[24]

- A concentração numa única reforma prioritária reforça a tração política e o alinhamento de recursos.
- A gestão adaptativa, apoiada por monitorização conjunta, contribui para sustentar o impulso reformista.
- O planeamento sensível ao género, o uso sistemático de dados e evidências, bem como o financiamento interno, em articulação com uma coordenação sólida, reforçam a capacidade dos sistemas para sustentar reformas ao longo do tempo.

No âmbito do plano GPE 2025, raparigas e rapazes marginalizados, crianças com deficiência, refugiados e alunos deslocados foram progressivamente integrados nas agendas de reforma. Uma abordagem mais sistemática à igualdade de género reforçou a consciencialização institucional e os mecanismos de responsabilização, embora se mantenha necessária a continuidade do investimento em liderança, capacidades institucionais e sistemas de dados. As evidências da avaliação demonstram o seguinte:[25]

- **Maior integração da análise sensível ao género** no planeamento setorial e na conceção das reformas prioritárias.
- **Aumento do financiamento para a igualdade de género e inclusão**, tendo a proporção de atividades relacionadas com o género duplicado em comparação com o plano GPE 2020.
- **Reforço do diálogo político e da utilização de dados** para apoiar reformas destinadas a enfrentar a violência baseada no género, promover a inclusão de pessoas com deficiência e responder às necessidades de refugiados e alunos deslocados.

O impacto crescente das alterações climáticas veio igualmente sublinhar a importância de sistemas educativos que sejam simultaneamente inclusivos e resilientes. No âmbito do plano GPE 2025, os países começaram a integrar a avaliação de riscos, infraestruturas resilientes a desastres e literacia climática no planeamento setorial e nas prioridades de reforma. As primeiras aprendizagens indicam que a colaboração intersetorial - particularmente com os ministérios do ambiente e da proteção social - reforçou o contributo da educação para as estratégias nacionais de adaptação.[26]

A vinculação nacional e as abordagens assentes em parceria foram significativamente reforçadas no âmbito do plano GPE 2025. Os governos assumiram a liderança na identificação, conceção e implementação das reformas, enquanto a GPE e os seus parceiros alinharam o respetivo apoio com os sistemas nacionais, evitando a criação de estruturas paralelas. Registou-se um aumento do número de agentes de subvenção e de cofinanciadores, o que permitiu estabelecer novas parcerias financeiras e técnicas. As avaliações confirmam que o valor acrescentado da GPE reside na "sua capacidade de promover um diálogo inclusivo, reforçar a liderança governamental e assegurar a coordenação entre intervenientes diversos em torno de prioridades partilhadas".[27]

Vários mecanismos reforçaram esta abordagem assente em parceria:

- O processo do pacto de parceria consolidou o alinhamento nacional ao articular liderança política com evidência técnica.[28]
- O diálogo, a coordenação e a responsabilização mútua entre governos e parceiros registaram melhorias.

- Os processos de revisão conjunta proporcionaram espaços de reflexão, aprendizagem adaptativa e ajustamento ao longo da implementação.
- Iniciativas como o Educação em Voz Alta (EOL) e o Intercâmbio de Conhecimentos e Inovações (KIX) ampliaram a voz da sociedade civil e promoveram a aprendizagem entre países.[29]
- O conjunto de agentes de subvenção acreditados diversificou-se, permitindo uma melhor correspondência entre as capacidades dos parceiros e as necessidades dos países em contextos distintos.

Paralelamente às reformas programáticas, a GPE prosseguiu a adaptação e simplificação do seu modelo operacional, em resposta a avaliações, contributos das partes interessadas e esforços mais amplos de reforma do sistema multilateral. Estas alterações permitiram à parceria acelerar o apoio aos países parceiros, reduzindo o tempo médio de aprovação das subvenções para a transformação do sistema e encurtando o período entre a aprovação da subvenção e o início do programa. A simplificação das etapas pós-aprovação e a melhoria dos fluxos operacionais asseguraram igualmente que os países possam iniciar a implementação mais cedo e que os recursos sejam mobilizados onde são mais necessários.

A GPE continua a demonstrar elevada eficiência interna, assente numa gestão financeira rigorosa e no controlo dos custos operacionais. Medidas estratégicas - incluindo racionalização de recursos humanos, operações de menor custo e transformação digital - permitiram à parceria manter elevados níveis de apoio programático e de aprovação de subvenções, operando dentro dos limites de despesa aprovados pelo Conselho.

Em contextos diversos, o GPE 2025 demonstrou que a transformação dos sistemas educativos exige o seguinte:

- Priorização clara de reformas ancoradas nos sistemas nacionais.
- Liderança e vinculação em todos os níveis.
- Parcerias inclusivas e baseadas em evidências, alinhadas em torno de objetivos comuns.
- Financiamento e incentivos que reforcem a sustentabilidade.
- Equidade, igualdade de género e resiliência como objetivos estruturantes do sistema, e não como dimensões paralelas.

Com base nestas aprendizagens extraídas, o plano GPE 2030 aprofunda o seu compromisso com a transformação dos sistemas, com um enfoque mais intencional no financiamento sustentável da educação, na reforma liderada pelos países e no trabalho em parceria. As abordagens à igualdade de género e à inclusão tornam-se mais diferenciadas, refletindo uma orientação deliberada para a interseccionalidade. A monitorização anual e a utilização de incentivos financeiros reforçam a responsabilidade partilhada pelos resultados, assegurando um foco contínuo em progressos mensuráveis. (O progresso será acompanhado através do quadro de resultados do GPE 2030; ver anexo 1). Estas aprendizagens sustentam a evolução da abordagem da GPE: apoiar reformas lideradas pelos países, com monitorização robusta; incentivar resultados através do financiamento; e integrar a igualdade de género e a inclusão em todas as fases da parceria.

4. GPE 2030: A EVOLUÇÃO DA NOSSA ABORDAGEM

O plano GPE 2030 assenta numa teoria da mudança clara e partilhada (ver caixa 1), ancorada numa ideia simples, mas determinante: o direito de cada criança a uma educação de qualidade concretiza-se quando os países lideram reformas inclusivas, sustentadas por sistemas fortes e duradouros e apoiadas por parcerias e financiamento eficazes. No âmbito do GPE 2030, a parceria aprofunda este modelo estabelecendo uma ligação mais explícita entre a transformação do sistema e o financiamento sustentável, reforçando o enfoque nos resultados, expandindo o papel da parceria, mobilizando financiamento inovador e reafirmando o papel central dos professores. Em conjunto, estas evoluções visam converter a ambição estratégica em progresso sustentado para cada aluno.

A transformação dos sistemas educativos exige financiamento previsível, equitativo e sustentável. As reformas educativas apenas perduram quando estão enraizadas em sistemas nacionais sólidos e apoiadas por estratégias orçamentais coerentes. O plano GPE 2030 reforça, por isso, a ligação entre transformação sistémica e financiamento sustentável - alinhando opções fiscais, decisões políticas e resultados em torno de um objetivo comum: uma educação de qualidade para cada criança. A GPE trabalhará com os ministérios da educação, das finanças e do planeamento para reposicionar a educação como um investimento estratégico em capital humano, resiliência e crescimento. Tal inclui o reforço da capacidade dos ministérios da educação para participarem no diálogo orçamental e influenciarem decisões relativas a orçamento e dívida. Em contextos afetados pela fragilidade e conflito, o modelo de financiamento da GPE combina flexibilidade com sustentabilidade - assegurando a continuidade das aprendizagens enquanto reforça a resiliência do sistema a longo prazo. (O âmbito de atuação do financiamento e do envolvimento da GPE, no quadro do GPE 2030, encontra-se descrito no anexo 2.)

O financiamento público interno continua a ser o pilar da sustentabilidade. Ao envolver ministérios em todo o governo - particularmente os da educação, das finanças e do planeamento – o plano GPE 2030 contribui para posicionar a educação como um investimento estratégico em capital humano, resiliência e crescimento, e não apenas como um custo social. A GPE continuará a apoiar os países na melhoria da eficiência, equidade e volume da despesa pública em educação, através do reforço do planeamento, da orçamentação e da gestão das finanças públicas. Incentivos baseados em resultados recompensarão governos que melhorem o volume, a equidade ou a eficiência do financiamento interno,

CAIXA 1. TEORIA DA MUDANÇA

O direito de cada criança a uma educação de qualidade concretiza-se quando os países lideram as suas próprias reformas inclusivas, ancoradas em sistemas sustentáveis e apoiadas por parcerias e financiamento eficazes.

Se os países parceiros:

- Implementarem reformas prioritárias bem definidas e adaptadas ao contexto, integrando igualdade de género, inclusão (incluindo pessoas com deficiência, refugiados, populações deslocadas internamente e outros grupos marginalizados, conforme o contexto) e resiliência climática;
- Reforçarem as instituições e os sistemas de prestação necessários para implementar, monitorizar e sustentar essas reformas, com especial atenção aos grupos mais marginalizados;
- Assegurarem financiamento adequado e sustentável, ancorado em recursos internos e complementado por financiamento externo alinhado e catalítico; e
- Garantirem que professores, sociedade civil, jovens, pais, atores subnacionais e outras partes interessadas participem ativamente na definição e promoção das reformas...

Então os países construirão sistemas educativos mais fortes e sustentáveis, capazes de oferecer uma educação de qualidade para cada criança.

E sistemas educativos reforçados e financiados de forma sustentável - adequados ao século XXI - irão acelerar o progresso no acesso, nas aprendizagens, na igualdade de género e na inclusão, ao mesmo tempo que dotam os jovens das competências e da resiliência necessárias para o futuro.

Se todos os membros da GPE:

- Atuarem de forma coordenada ao nível nacional, alinhando-se em torno de uma reforma prioritária clara, liderada pelo governo e adaptada ao contexto;
- Otimizarem as oportunidades para mobilizar, disponibilizar e alinhar financiamento em apoio dessa reforma; e
- Se o Secretariado da GPE gerir de forma eficaz os recursos financeiros, técnicos e de articulação da parceria, sob a orientação do Conselho da GPE...

Então a GPE cumprirá a sua missão de mobilizar parcerias e investimentos que transformem os sistemas educativos nos países parceiros, sem deixar ninguém para trás.

CAIXA 1. *(continuação)*

MISSÃO

Mobilizar parcerias e investimentos que transformem os sistemas educativos nos países parceiros, sem deixar ninguém para trás

Todos os parceiros

- Trabalham em conjunto para se alinharem em torno de uma reforma prioritária bem definida e específica ao contexto
- Otimizam as oportunidades para mobilizar, disponibilizar e alinhar financiamento em apoio a reformas lideradas pelos governos

O Secretariado do GPE

- Gere de forma eficaz e eficiente os recursos financeiros e técnicos da parceria em apoio à implementação e ao financiamento da reforma, sob a direção do Conselho de Administração da GPE.
- Mobiliza financiamento e facilitar parcerias para apoiar reformas lideradas pelos governos

OBJETIVOS

1. **Reformas educativas prioritárias,** lideradas pelos países, eficazmente implementadas, integrando plenamente a igualdade de género e a inclusão de pessoas com deficiência, refugiados e outros grupos marginalizados, em função do contexto nacional

2. **Financiamento interno e externo** mobilizado para apoiar e sustentar a implementação eficaz das reformas prioritárias

3. Reformas impulsionadas e sustentadas por **parcerias** coordenadas, eficazes, inclusivas e responsáveis, incluindo as principais partes interessadas do sistema

Sistemas educativos mais robustos e sustentáveis que proporcionam uma educação de qualidade para cada criança

META

Acelerar o acesso, os resultados de aprendizagem e a igualdade de género através de sistemas educativos equitativos, inclusivos e resilientes, preparados para o século XXI



VISÃO ›› **UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA CADA CRIANÇA**

com adaptações específicas para contextos afetados pela fragilidade e conflito. Esta abordagem reconhece que a transformação sistémica duradoura não pode ser alcançada apenas por meio de financiamento externo; depende da forma como os governos priorizam e gerem os seus próprios recursos ao longo do tempo.

O financiamento externo continua a ser essencial, particularmente para os países mais pobres e mais afetados por crises - mas deve assumir um caráter catalítico, e não substitutivo. Num contexto de diminuição da ajuda pública ao desenvolvimento, a GPE adotará uma abordagem mais deliberada na mobilização de recursos externos, incluindo fontes não tradicionais de financiamento, alinhadas com as prioridades definidas pelos países. Sempre que possível, o financiamento da GPE será estruturado de modo a mobilizar recursos adicionais, tanto internos como externos, e a apoiar trajetórias sustentáveis que permitam reduzir progressivamente a dependência da ajuda. Em situações de emergência e crises prolongadas, o financiamento da GPE poderá ser rapidamente alinhado com respostas humanitárias, em consulta com a Educação Não Pode Esperar (ver caixa 2), assegurando uma abordagem coordenada que garanta a continuidade das aprendizagens, sem perder o foco no reforço do sistema educativo.

O GPE 2030 adota um enfoque mais deliberado nas múltiplas e interligadas dimensões de desvantagem que impedem as crianças de aceder e prosperar na educação. A análise contextual de fatores associados à pobreza, género, deficiência, estatuto de refugiado, localização geográfica e vulnerabilidade climática permite aos parceiros identificar os alunos mais expostos ao risco de exclusão (ver figura 1, bem como caixas 3 e 4). A consideração destes fatores em articulação com a qualidade da educação e o alcance do sistema revela barreiras complexas e sobrepostas, incluindo o risco acrescido de violência dentro e no entorno das escolas. A GPE apoia os parceiros na identificação de padrões de marginalização educativa e no planeamento e orçamentação para

CAIXA 2. COMPLEMENTARIDADE ENTRE A GPE E A EDUCAÇÃO NÃO PODE ESPERAR

Muitos países parceiros da GPE são afetados pela fragilidade e conflito. A capacidade da GPE para responder com flexibilidade nestes contextos é essencial para cumprir a sua missão de reforçar os sistemas educativos, sem deixar ninguém para trás.

Em situações de emergência e crises prolongadas, a GPE pode apoiar os países parceiros na mitigação das perturbações nos sistemas educativos, na garantia da continuidade das aprendizagens e na articulação entre necessidades imediatas de resposta e o reforço sistémico de longo prazo.

Reconhecendo o mandato distinto da Educação Não Pode Esperar, a GPE assegurará que as suas diretrizes e comunicações reflitam claramente a responsabilidade primária desta entidade na liderança da educação em situações de emergência, incluindo a mobilização de fundos e a elaboração de planos de resposta.

O financiamento da GPE manterá flexibilidade para apoiar respostas de emergência quando a Educação Não Pode Esperar não possa intervir, ou quando os seus recursos sejam insuficientes face à dimensão das necessidades. Qualquer resposta de emergência apoiada através de financiamento da GPE será previamente articulada com a Educação Não Pode Esperar.

A GPE e a Educação Não Pode Esperar fornecerão conjuntamente orientações aos parceiros ao nível dos países sobre a forma de sequenciar e alinhar o apoio em contextos onde ambas estejam presentes.

garantir o acesso e a participação plena (conclusão, aprendizagem e segurança) de cada rapariga e de cada rapaz.

Figura 1. A abordagem interseccional da GPE à igualdade de género



Uma aprendizagem central extraída do GPE 2025 é que a transformação deve ser avaliada com base em resultados tangíveis - melhorias nas aprendizagens e na inclusão - e não apenas pelos meios empregues. O GPE 2030 reforça, por conseguinte, uma cultura de implementação e de responsabilização partilhada em toda a parceria, com papéis e responsabilidades claramente definidos para a concretização de resultados. (O modelo operacional e os métodos de trabalho da GPE encontram-se descritos no anexo 3.)

A melhoria da disponibilidade de dados relativos aos resultados de aprendizagens fundamentais permitirá mobilizar recursos adicionais da GPE. As competências fundamentais (literacia, numeracia e competências transferíveis, como as socioemocionais) são essenciais para aprendizagens futuras e para o desenvolvimento de competências, mas a disponibilidade de dados, especialmente dados comparáveis ao longo do tempo ou entre países, continua limitada em muitos países parceiros.[30] A GPE associará o financiamento baseado em resultados a melhorias na disponibilidade e utilização de dados sobre as aprendizagens fundamentais, identificando e incentivando medidas práticas destinadas ao reforço dos sistemas de avaliação.

CAIXA 3. OS COMPROMISSOS GLOBAIS DA GPE NO ÂMBITO DA DEFICIÊNCIA

Na Cimeira Global da Deficiência de 2025, a GPE comprometeu-se a apoiar os países no reforço da utilização de dados sobre deficiência e barreiras interseccionais, bem como na promoção de financiamento equitativo, incluindo para crianças com deficiência.

No âmbito do GPE 2030, a GPE continuará a:

- Disseminar evidências e conhecimentos sobre práticas eficazes em educação inclusiva.
- Reforçar capacidades para o desenvolvimento, planeamento e implementação de políticas inclusivas.
- Promover o envolvimento significativo das organizações de pessoas com deficiência nos processos setoriais de educação ao nível dos países.

A GPE reforçará igualmente a monitorização do volume de financiamento da GPE que apoia a inclusão da deficiência no quadro do GPE 2030.

A monitorização dos resultados acompanhará tanto o progresso ao nível do sistema como os resultados ao nível dos beneficiários apoiados pelas subvenções da GPE e cofinanciamento. Ao nível do sistema, tal inclui a implementação das reformas, o financiamento, a inclusão, os dados sobre aprendizagens e a eficácia da parceria. Ao nível dos beneficiários, os resultados incidirão em benefícios mensuráveis para professores e alunos, com ênfase nos resultados de aprendizagem, na igualdade de género e na inclusão. Indicadores em número mais reduzido, mais claros e mais relevantes estabelecerão a ligação entre recursos mobilizados e resultados alcançados, apoiando os países na focalização das dimensões suscetíveis de mudança através de políticas e implementação eficazes.

Os resultados serão desagregados por género, adotando uma abordagem interseccional para acompanhar outras formas de exclusão, conforme o contexto, incluindo refugiados e alunos deslocados. Em linha com os compromissos da GPE em matéria de deficiência, será prestado apoio adicional para reforçar o acompanhamento dos resultados das crianças com deficiência.

No âmbito do GPE 2030, a medição serve não apenas a responsabilização, mas também a aprendizagem. A monitorização quantitativa é complementada por aprendizagem avaliativa, permitindo aos países ajustar as reformas à medida que novas evidências se tornem disponíveis. A monitorização anual e as avaliações intercalares - integradas no diálogo setorial em curso - possibilitam um acompanhamento inclusivo dos resultados, a correção de trajetórias e a melhoria contínua, reforçando a responsabilização mútua entre governos, parceiros e cidadãos.

À medida que a GPE evolui, aproximar as capacidades globais dos países parceiros e reforçar a eficácia interna constituem dimensões essenciais para alcançar um impacto significativo. O Secretariado da GPE continuará a simplificar operações e a reforçar a sua presença regional e ao nível dos países, consolidando as suas funções de proximidade. Tal posiciona a GPE como um parceiro ágil, capaz de se adaptar às necessidades nacionais em evolução e às mudanças na arquitetura global da educação.

O valor distintivo da GPE reside na sua dupla natureza enquanto fundo e parceria multilateral multissetorial. Através do seu poder de agregação, a GPE apoia os países na construção de consenso político em torno de reformas prioritárias, no alinhamento do apoio externo e na garantia de que são as instituições nacionais (e não projetos isolados) que lideram a implementação. No âmbito do GPE 2030, esta função de parceria torna-se mais operacional e inclusiva, com abordagens adaptadas ao contexto em situações afetadas pela fragilidade e conflito. (Poderá consultar a visão geral dos grupos de parceiros e partes interessadas da GPE no anexo 4.)

CAIXA 4. O COMPROMISSO GLOBAL DA GPE PARA COM OS REFUGIADOS

Na Cimeira Global sobre Refugiados de 2023, a GPE associou-se a parceiros numa declaração de compromisso multilateral para expandir o acesso de crianças refugiadas a uma educação segura, de qualidade e relevante, bem como para apoiar a sua inclusão nos sistemas nacionais de educação. Para concretizar este compromisso, a GPE irá mobilizar mais financiamento para a inclusão de refugiados através dos seus mecanismos de subvenção; defender o aumento do financiamento da educação em países parceiros que acolhem refugiados; apoiar o diálogo político inclusivo e baseado em evidências sobre inclusão; e promover o intercâmbio de conhecimentos e o desenvolvimento de bens públicos globais que reforcem a inclusão ao nível nacional.

Os diretores escolares, professores e alunos são atores centrais na reforma educativa, embora as suas vozes permaneçam frequentemente sub-representadas. O plano GPE 2030 amplia o envolvimento com organizações de professores e sociedade civil, em parceria com os governos. Visa reforçar a sua participação no diálogo político e na implementação de programas, com especial enfoque em professoras, professores com deficiência e professores refugiados. Os países parceiros serão igualmente apoiados para promover o envolvimento significativo de estudantes e jovens no diálogo e na tomada de decisões.

O pacto de parceria mantém-se como o principal mecanismo de alinhamento dos intervenientes em torno de uma reforma liderada pelo governo, clarificando papéis e responsabilidades partilhadas na concretização da mudança. O diálogo inclusivo através dos grupos locais de educação reúne ministérios, sociedade civil, professores, jovens e parceiros de desenvolvimento para enfrentar constrangimentos, acompanhar a implementação e sustentar o impulso reformista. Os governos serão apoiados no aprofundamento do diálogo com os principais intervenientes do sistema. Os financiadores externos são incentivados a alinhar o seu apoio através dos sistemas governamentais, reforçando a vinculação nacional e a responsabilização.

Através de instrumentos como a subvenção para a transformação do sistema, o fundo Multiplicador da GPE, o Acelerador para a Educação de Raparigas e um envelope de financiamento inovador, a GPE mobilizará cofinanciamento de parceiros bilaterais, multilaterais, filantrópicos e privados. No âmbito do GPE 2025, o fundo Multiplicador mobilizou 3,78 mil milhões de dólares em cofinanciamento provenientes de 66 parceiros, utilizando pouco menos de mil milhões de dólares em subvenções da GPE - correspondendo a um rácio médio de alavancagem de 4:1. Os fundos concessionais e os recursos da subvenção continuarão a ser utilizados de forma estratégica para mitigar riscos ou desbloquear investimentos de maior dimensão por parte de bancos de desenvolvimento, fundos climáticos e parceiros privados.

As abordagens de financiamento inovador - incluindo financiamento misto, mecanismos baseados em resultados e investimentos em educação associados ao clima - permitirão ligar a educação a prioridades nacionais mais amplas. Ao mobilizar fontes diversificadas de financiamento e alinhá-las em torno de uma agenda de reforma única, a GPE assegura que cada dólar (interno ou externo) contribui diretamente para a sustentabilidade e o impacto dos sistemas educativos. O reforço do reporte sobre os resultados do cofinanciamento, bem como sobre os recursos mobilizados, assegurará que o capital angariado contribui diretamente para reformas sustentáveis e inclusivas.

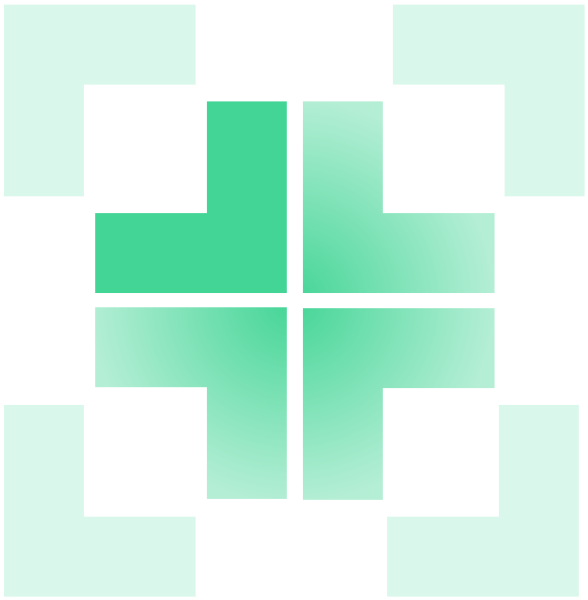
A Foundation for GPE, criada em 2026 em Genebra, é uma entidade sem fins lucrativos estabelecida para apoiar a missão, visão e objetivos da GPE. Proporciona uma plataforma dedicada à mobilização de capital privado e filantrópico, bem como de outros apoios, alinhados com as prioridades educativas lideradas pelos países. Através de mecanismos transparentes e responsáveis, a Foundation for GPE complementa os instrumentos centrais de financiamento da GPE, canalizando financiamento catalítico, misto e inovador, e promovendo a colaboração com outros parceiros para reforçar os sistemas educativos nacionais e avançar resultados de aprendizagem sustentáveis e inclusivos.

O plano GPE 2030 assenta nas forças e aprendizagens extraídas do plano GPE 2025, indo mais longe ao integrar transformação sistémica, financiamento sustentável e parceria inclusiva num modelo mais robusto e coerente. Reafirma que o progresso duradouro na educação depende do alinhamento entre vontade política, recursos financeiros e capacidade sistémica em torno de resultados partilhados. Através de financiamento reforçado, medição mais eficaz, parcerias mais profundas e um compromisso firme com a igualdade de género e a inclusão, o GPE 2030 apoiará os países na concretização da promessa de uma educação de qualidade para cada criança — de forma sustentável e em escala (ver figura 2)

Figura 2. O modelo da GPE para transformar o financiamento da educação e a prestação de serviços educativos, promovendo um impacto sustentável



O plano GPE 2030 assenta nas forças e aprendizagens extraídas do plano GPE 2025, avançando de forma clara para um modelo mais integrado e orientado para o futuro - que articula transformação do sistema, financiamento sustentável e parceria inclusiva ao serviço de resultados partilhados. Reconhece que o progresso duradouro na educação não resulta de intervenções isoladas, mas do alinhamento consistente entre liderança política, financiamento público, capacidade institucional e ação coordenada ao longo do tempo. Num contexto global marcado pela incerteza e por crises interligadas, o GPE 2030 posiciona a educação não apenas como um imperativo social, mas como um investimento estratégico em resiliência, equidade e desenvolvimento do potencial humano. Ao apoiar reformas lideradas pelos países, reforçar a responsabilização pelos resultados e mobilizar parcerias em torno de prioridades comuns, a GPE contribuirá para assegurar que cada criança tenha acesso a uma educação de qualidade - e que os sistemas educativos estejam preparados para a implementar de forma sustentável e em escala.





ANEXOS

Anexo 1. Quadro de resultados do GPE 2030

Desagregação por sexo, nível de ensino, crianças e jovens com deficiência, localização geográfica, refugiados e pessoas deslocadas internamente, conforme aplicável.[1]

META DO GPE 2030: ACELERAR O ACESSO, OS RESULTADOS DE APRENDIZAGEM E A IGUALDADE DE GÉNERO ATRAVÉS DE SISTEMAS EDUCATIVOS EQUITATIVOS, INCLUSIVOS E RESILIENTES, ADEQUADOS AO SÉCULO XXI
Resultados principais das subvenções e do cofinanciamento da GPE
R1 Número e percentagem de crianças e jovens apoiados que beneficiam de melhorias na qualidade da educação
R2 Número e percentagem de crianças e jovens que beneficiam de intervenções promotoras da igualdade de género
R3 Número e percentagem de crianças e jovens não escolarizados que têm acesso a educação ou formação
R4 Número e percentagem de crianças com melhoria dos resultados de aprendizagem
R5 Número e percentagem de professores que beneficiam de programas ou atividades de desenvolvimento profissional
OBJETIVOS DO GPE 2030
Objetivo 1: Reformas educativas prioritárias, lideradas pelos países, eficazmente implementadas, integrando plenamente a igualdade de género e a inclusão de pessoas com deficiência, refugiados e outros grupos marginalizados, em função do contexto nacional
1. Percentagem de países parceiros cuja reforma prioritária evidencia progressos demonstráveis na melhoria de componentes essenciais do sistema educativo

1. Para consultar a metodologia, ver: https://www.globalpartnership.org/content/gpe-2030-results-framework-annexes-decision.

2. Percentagem de países parceiros que reforçam o planeamento, a orçamentação e a monitorização da educação de forma sensível ao género e inclusiva

3a. Percentagem de países parceiros que registam progressos no reporte no âmbito do indicador do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4.1.1a

3b. Percentagem de países parceiros que atingem elementos desencadeadores da parte adicional relacionados com o reporte no âmbito do indicador do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4.1.1a

4. Percentagem de países parceiros que melhoram a disponibilidade e a utilização de dados e evidências

Objetivo 2: Financiamento interno e externo mobilizado para apoiar e sustentar a implementação eficaz das reformas prioritárias

5a. Percentagem de países parceiros que registaram melhorias nas áreas seguintes:

- Volume do financiamento interno para a educação
- Equidade do financiamento interno para a educação
- Eficiência do financiamento interno para a educação

5b. Percentagem de países parceiros que atingem elementos desencadeadores da parte adicional relacionados com o volume, a equidade e a eficiência do financiamento interno

6. Montante total de cofinanciamento mobilizado através das subvenções da GPE

7. Percentagem dos compromissos dos doadores para o Fundo da GPE efetivamente cumpridos

8. Percentagem de programas financiados por subvenções de implementação da GPE que contribuem para a sustentabilidade das reformas prioritárias

Objetivo 3: Reformas impulsionadas e sustentadas por parcerias coordenadas, eficazes, inclusivas e responsáveis, incluindo as principais partes interessadas do sistema

9. Percentagem de países parceiros nos quais a parceria demonstra responsabilização mútua no âmbito de uma parceria eficaz

10. Percentagem de países parceiros com grupos locais de educação inclusivos

11. Número de alterações de orientação de política pública nos países parceiros influenciadas por organizações da sociedade civil, organizações de professores, grupos de jovens ou pelo setor privado

12. Percentagem de países parceiros que registaram melhorias na coordenação setorial

Anexo 2. Âmbito de atuação do financiamento e envolvimento da GPE

ÂMBITO DE ATUAÇÃO	EXEMPLOS
O plano GPE 2030 irá manter o âmbito de atuação circunscrito a 12 anos de educação básica e secundária e, pelo menos, um ano de educação pré-escolar.	Expansão do acesso à educação pré-primária; melhoria das aprendizagens fundamentais; apoio a programas de recuperação ou de reforço; reforço da formação de professores e do alinhamento curricular.
Existe um âmbito alargado para intervenções baseadas em evidências que apoiem a criação de programas integrados para crianças mais novas (idade igual ou superior a 3 anos), como parte de programas com enfoque na educação pré-escolar, bem como programas focados nas competências para o trabalho destinados a jovens matriculados no ensino secundário (7º ao 12º anos) ou em estabelecimentos equivalentes informais ou de recuperação de aprendizagens ligados à educação, bem como programas de desenvolvimento de competências.	Financiamento de programas inclusivos de aprendizagem na primeira infância (idade igual ou superior a 3 anos); integração de opções de empregabilidade e competências nos currículos do ensino secundário; criação de percursos para jovens com idade superior à adequada ou não escolarizados regressarem ao ensino ou ao mercado de trabalho.
A GPE irá continuar a reforçar a integração transversal do tema da inclusão e da igualdade de género em todas as dimensões do trabalho da GPE, nomeadamente, colocando o enfoque na prevenção da violência baseada no género e na inclusão de crianças portadoras de deficiência, refugiados e populações deslocadas. Tal inclui também atenção à saúde e nutrição escolares.	Apoio à orçamentação sensível ao género e à deficiência; iniciativas para escolas seguras e prevenção da violência baseada no género; integração de saúde e nutrição nos planos educativos; formação inclusiva de professores em contextos de refugiados.
A GPE irá reforçar a capacidades dos países para identificar, monitorizar e apoiar as crianças em situação de possível abandono escolar ou as crianças não escolarizadas, nomeadamente através de financiamento direto da GPE a crianças e jovens fora do circuito do sistema educativo formal. A GPE continuará a apoiar sistemas educativos sensíveis ao género, equitativos e inclusivos, através de uma abordagem interseccional e da utilização de incentivos para promover a equidade, a eficiência e o volume do financiamento interno.	Incentivos para uma despesa pública em educação mais equitativa; reforço de capacidades para dados desagregados e monitorização; financiamento flexível para alcançar os alunos mais marginalizados.
O plano GPE 2030 reforçará as abordagens destinadas a enfrentar as alterações climáticas nos sistemas educativos e a mitigar o impacto das alterações climáticas na prestação do serviço educativo.	Medidas para prevenir, responder e mitigar o impacto das alterações climáticas e dos conflitos nos sistemas educativos; alinhamento com estratégias nacionais de resiliência climática (por exemplo, escolas resistentes a desastres); medidas direcionadas para mitigar impactos sobre os grupos mais vulneráveis.

Anexo 3. O nosso método de trabalho

A capacidade da GPE para alcançar resultados depende não apenas do que faz, mas também da forma como atua. O modelo operacional do GPE 2030 baseia-se no plano GPE 2025, aprofundando o enfoque na execução, na sustentabilidade e na responsabilização partilhada.

OBJETIVO	QUESTÕES-CHAVE	INSTRUMENTOS DE APOIO
REFORMA PRIORITÁRIA INCLUSIVA	Que prioridade pretende o país reformar? Que ações serão necessárias para assegurar a implementação? As dimensões da igualdade de género e inclusão estão plenamente integradas? Como serão alcançadas melhorias nos dados sobre aprendizagens? De que forma o sistema educativo pode ser reforçado para assegurar a implementação eficaz?	Pacto de parceria Elementos desencadeadores da parte adicional subordinados ao reporte de dados sobre resultados de aprendizagens fundamentais Apoio para o reforço da capacidade do sistema
MOBILIZAR FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL	Como irá o país melhorar o seu financiamento interno? Qual é a estratégia para alcançar um sistema educativo financiado de forma sustentável? De que forma o financiamento externo, incluindo as subvenções da GPE, pode mobilizar cofinanciamento adicional para promover a sustentabilidade a longo prazo? O financiamento reforça os sistemas governamentais e contribui para a sustentabilidade da reforma?	Apoio ao diálogo sobre o financiamento da educação Elementos desencadeadores da parte adicional subordinados ao financiamento interno Financiamentos externos e cofinanciamento alavancado
IMPULSIONAR A IMPLEMENTAÇÃO ATRAVÉS DE PARCERIAS EFICAZES	As principais partes interessadas participaram na definição da reforma? Estão alinhadas para apoiar a sua implementação? Como será monitorizado o progresso de forma inclusiva?	Apoio aos principais intervenientes do sistema e ao diálogo inclusivo Monitorização anual e avaliações intercalares

Instrumentos de financiamento e apoio

Os instrumentos de financiamento da GPE são concebidos para reforçar os sistemas, mobilizar financiamento sustentável e incentivar resultados. Incluem elementos desencadeadores baseados em resultados, associados ao financiamento interno e aos resultados de aprendizagem, e asseguram flexibilidade para contextos de fragilidade e crise.

INSTRUMENTO FINANCEIRO	FINALIDADE	ELEGIBILIDADE
SUBVENÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA (STG)	Principal recurso para apoiar reformas estruturais de grande escala, lideradas pelos países, destinadas a enfrentar pontos de bloqueio sistémicos nos sistemas educativos.	Países de baixo rendimento, pequenos estados insulares em desenvolvimento (PEID) elegíveis para financiamento da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), e países classificados como menos desenvolvidos, frágeis ou afetados por conflito - mesmo que transitem para o estatuto de rendimento médio.
FUNDO MULTIPLICADOR DA GPE	Mobilizar financiamento bilateral, multilateral, filantrópico e privado alinhado com prioridades de reforma lideradas a nível nacional. Permite mobilizar financiamento adicional numa proporção mínima de 4:1 por cada dólar investido pela GPE. Prevê um mecanismo dedicado de contrapartida numa proporção de 1:1 para fundações e parceiros filantrópicos.	Um amplo conjunto de países de baixo e médio-baixo rendimento, incluindo os anteriormente elegíveis no âmbito do GPE 2025.
ENVELOPE DE FINANCIAMENTO INOVADOR	Fundos catalíticos que combinam financiamento concessional misto, incentivos filantrópicos e instrumentos de partilha de risco para mobilizar recursos públicos e privados adicionais em apoio a reformas educativas sustentáveis lideradas pelo governo.	Países que assumam compromissos credíveis com a resiliência do financiamento interno e com o financiamento sustentado da educação.

ACELERADOR PARA A EDUCAÇÃO DE RAPARIGAS (GEA)	Direcionar recursos para apoiar reformas que enfrentem barreiras específicas enfrentadas por raparigas altamente marginalizadas, complementando a integração transversal da igualdade de género nas subvenções para a transformação do sistema ou do fundo Multiplicador da GPE.	Países que enfrentam maiores desafios na promoção da igualdade de género através da educação. Os fundos disponíveis serão prioritariamente atribuídos a países elegíveis no âmbito do GPE 2025 que cumpriram os requisitos do Acelerador para a Educação de Raparigas, mas que não receberam alocação.
SUBVENÇÃO PARA O REFORÇO DAS CAPACIDADES DO SISTEMA (SCG)	Apoiar o planeamento setorial inclusivo, diagnósticos do sistema e o reforço da capacidade institucional para melhorar o ambiente favorável à reforma.	Países de rendimento baixo e médio-baixo e países anteriormente elegíveis no âmbito de quadros anteriores da GPE.
EDUCAÇÃO EM VOZ ALTA (EOL)	Reforçar a participação da sociedade civil no diálogo inclusivo, na reforma de políticas e na responsabilização social dos sistemas educativos.	Todos os países parceiros da GPE.
INTERCÂMBIO DE CONHECIMENTOS E INOVAÇÕES DA GPE (KIX)	Apoiar a produção, mobilização e utilização de evidências através de investigação aplicada e centros de especialização regionais, com vista à expansão de inovações e ao reforço da capacidade de formulação de políticas.	Todos os países parceiros da GPE, independentemente do nível de rendimento.
INICIATIVAS DE APOIO TÉCNICO	Prestar apoio técnico direcionado, através de mecanismos baseados na procura, para enfrentar desafios transversais ao setor.	Países parceiros da GPE selecionados com base nas necessidades e prioridades identificadas nas suas agendas de reforma.
FINANCIAMENTO ACELERADO	Permitir que os países parceiros redirecionem recursos da GPE já alocados para responder a situações de crise. Visa assegurar a continuidade das aprendizagens e a recuperação, possibilitando o desembolso antecipado de até 20 por cento da alocação de uma subvenção (ou até 10 milhões de dólares).	Todos os países elegíveis para financiamento da GPE que enfrentem emergências, incluindo conflitos, desastres climáticos e crises de saúde. Coordenado com a Educação Não Pode Esperar e alinhado com respostas humanitárias conjuntas.

Anexo 4. Os nossos parceiros

O Conselho de Administração da GPE define as políticas e estratégias da parceria. O Secretariado da GPE fornece apoio administrativo e operacional à Parceria e facilita a colaboração entre todos os parceiros.

CATEGORIA DO PARCEIRO	FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES
GOVERNOS DOS PAÍSES PARCEIROS	› Os ministérios da educação lideram e assumem a apropriação da agenda de reforma através de pactos de parceria alinhados com os planos nacionais do setor da educação. › Os ministérios das finanças e as autoridades orçamentais nacionais mobilizam, alocam e asseguram a sustentabilidade do financiamento interno para a educação. › As autoridades subnacionais e locais (estados, províncias, distritos) desempenham um papel central nos contextos em que a educação é descentralizada. › Os governos em contextos afetados pela fragilidade e crise interagem com a GPE através de quadros operacionais adaptados, de forma a assegurar a continuidade das aprendizagens e a resiliência do sistema.
SOCIEDADE CIVIL E ORGANIZAÇÕES DE PROFESSORES	› As organizações da sociedade civil participam no diálogo político inclusivo, na monitorização e nos processos de responsabilização. › Os sindicatos e associações profissionais de professores contribuem para a definição de políticas, o desenvolvimento profissional e estratégias de colocação equitativa de docentes. › A Educação em Voz Alta reforça o espaço cívico para a defesa de causas baseadas em evidências e a monitorização participativa das reformas educativas.
PARCEIROS DE FINANCIAMENTO E DESENVOLVIMENTO	› Parceiros multilaterais como o Banco Mundial (anfitrião e agente fiduciário), a UNICEF e a UNESCO atuam como agentes de subvenção, coordenando apoio técnico e financeiro. › Instituições globais (UNESCO, ACNUR, UNICEF, Banco Mundial, Programa Alimentar Mundial) colaboram com a GPE em matérias como dados, resposta a crises, alimentação escolar e clima. › Doadores bilaterais, fundações filantrópicas e bancos de desenvolvimento cofinanciam subvenções da GPE, apoiando o mecanismo de contrapartida 4:1 do fundo Multiplicador da GPE. › Instituições de financiamento do desenvolvimento, incluindo bancos regionais e nacionais, participam em mecanismos de financiamento inovador e instrumentos de conversão de dívida em investimento em educação que ampliam o espaço orçamental para a aprendizagem.

ORGANIZAÇÕES REGIONAIS E GLOBAIS	› Organismos regionais e redes de aprendizagem entre pares, como o Intercâmbio de Conhecimentos e Inovações (KIX), reforçam a partilha regional de evidência e capacidades. › Instituições globais (UNESCO, UNICEF, Programa Alimentar Mundial) colaboram com a GPE em dados, políticas, resposta a crises e alimentação escolar. › Parcerias com a Educação Não Pode Esperar e outros atores humanitários asseguram o alinhamento de esforços ao longo do nexo humanitário-desenvolvimento.
SETOR PRIVADO E PARCEIROS NÃO TRADICIONAIS	› As fundações privadas, empresas e empreendimentos sociais contribuem com inovação, financiamento e tecnologia para a transformação dos sistemas. › As parcerias centram-se na aprendizagem digital, tecnologias de assistência para a inclusão de pessoas com deficiência e infraestruturas resilientes às alterações climáticas. › A Foundation for GPE, com sede em Genebra, disponibiliza uma plataforma para mobilizar capital privado e filantrópico alinhado com prioridades públicas.

NOTAS FINAIS

1. World Bank, *Navigating Multiple Crises, Staying the Course on Long-Term Development: The World Bank's Group's Response to the Crises Affecting Developing Countries* (Washington, DC: World Bank, 2023).
2. UNESCO, "Aid to Education: Time for Tough Decisions" (Global Education Monitoring Report: Policy Paper 50, UNESCO, Paris 2025), https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000394153.
3. OECD, *OECD Survey on Drivers of Trust in Public Institutions – 2024 Results: Building Trust in a Complex Policy Environment* (Paris: OECD Publishing, 2024).
4. United Nations, World Population Prospects Database, 2024.
5. World Bank, *Africa's Pulse: Economic Update for sub-Saharan Africa* (Washington, DC: World Bank, October 2025).
6. SDG4 High-Level Steering Committee, *The Future at Risk: Why Investing in Education Is Critical* (Paris: UNESCO, 2023).
7. A. Gethin, "Distributional Growth Accounting: Education and the Reduction of Global Poverty, 1980 – 2019," September 2024, UNESCO.
8. K. Lachichhane and Y. Sawada, "Disability and Returns to Education in a Developing Country," *Economics of Education Review 37* (2013): 85-94, https://doi.org/10.1016/j.econedurev.2013.08.007.
9. Global Partnership for Education (GPE), *Key Findings from Analyses on the Relationship between Education and Peace* (Washington, DC: GPE, 2024), https://www.globalpartnership.org/content/key-findings-analyses-relationship-between-education-and-peace.
10. United Nations Development Programme (UNDP), *Human Development Report 2020: The Next Frontier – Human Development and the Anthropocene* (New York: UNDP, 2020); UNESCO, *Education for Social Cohesion and Peacebuilding* (Paris: UNESCO, 2022); GEM Reports.
11. World Bank, *Missed Opportunities: The High Cost of Not Educating Girls* (Washington, DC: World Bank, 2018).
12. World Bank, *Education for Refugees: Investing in the Future* (Washington, DC: World Bank, 2023); World Bank and UNHCR, *The Global Cost of Inclusive Refugee Education* (Washington, DC: World Bank, 2021); R. Hopper, "Refugee Education Financing: Key Facts and Findings — Insights into the Financing of Refugee Education in Low- and Middle-Income Countries" (Policy Research Working Paper 10752, World Bank, Washington, DC, 2024); World Bank, *Forcibly Displaced: Toward a Development Approach Supporting Refugees, the Internally Displaced, and Their Hosts* (Washington, DC: World Bank, 2017); UNHCR and World Bank, *Joint Data Center on Forced Displacement – Annual Report 2019–2020* (Geneva: UNHCR, and Washington, DC: World Bank, 2020).
13. UNESCO and United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), *Paving Pathways for Inclusion: Towards Evidence-Based Policy-Making for Refugee Education* (Paris: UNESCO, 2023); UNESCO and UNHCR, *Paving Pathways for Inclusion: A Global Overview of Refugee Education Data* (Paris: UNESCO, 2023).
14. UNESCO, OCDE e Secretariado da Commonwealth, *The Price of Inaction: The Global Private, Fiscal and Social Costs of Children and Youth Not Learning* [O preço da inação: o custo global privado, fiscal e social de crianças e jovens que não aprendem] (Paris: UNESCO, 2024), https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000389852.
15. Banco Mundial et al., *The State of Global Learning Poverty: 2022 Update* [A situação da pobreza de aprendizagem global: atualização de 2022] (Washington, DC: Banco Mundial, 2022), https://www.worldbank.org/en/topic/education/publication/state-of-global-learning-poverty.
16. World Bank, *Missed Opportunities: The High Cost of Not Educating Girls.*
17. UNESCO Institute for Statistics (UIS), Out-of-School Children Data (Montreal: UIS, 2023); UNESCO, *Global Education Monitoring Report 2023/4: Education for People and Planet – Creating Sustainable Futures for All.*
18. UNICEF, *The State of the World's Children 2021: On My Mind – Promoting, Protecting and Caring for Children's Mental Health* (New York: UNICEF, 2021); UNESCO, *Global Education Monitoring Report 2023/4: Education for People and Planet – Creating Sustainable Futures for All.*
19. International Labour Organization (ILO). "*Skills for the Future of Work: Trends, Gaps and Responses*" (Geneva: ILO, 2023); UNICEF, *Reimagining Skills: The Future of Education and Skills for Children and Young People* (New York: UNICEF, 2022).
20. D. Evans, "Do Investments in Early Grade Literacy and Numeracy Pay Off in Earnings? Our Best Evidence Says Yes," *Center for Global Development Blog*, October 23, 2025; L. Crawfurd, "The Economic Returns to Foundational Literacy and Numeracy: Evidence from Indonesia" (Working paper, Center for Global Development, London, 2025); J. Das et al., "The Long-Term Earnings Impacts of Foundational Learning in Pakistan" (Working paper, Center for Global Development, London, 2025).

21. World Bank, UNESCO, and UNICEF, *The State of the Global Education Crisis: A Path to Recovery* (Washington, DC: World Bank, 2021); UNESCO, *Global Education Monitoring Report 2023/4: Education for People and Planet – Creating Sustainable Futures for All.*

22. UNESCO and International Task Force on Teachers for Education 2030, *Global Report on Teachers: Addressing Teacher Shortages - Highlights* (Paris: UNESCO, 2023).

23. International Telecommunication Union (ITU), *Global Connectivity Report 2024* (Geneva: ITU, 2024).

24. GPE, *Thematic and Country-Level Evaluation Synthesis Report – Phase 1 (TCLE)* (Washington, DC: GPE, 2024); GPE, *Results Report 2025* (Washington, DC: GPE, 2025).

25. GPE, *Rapid Review of Gender Hardwiring in the GPE 2025 Operating Model* (Washington, DC: GPE, 2025), https://www.globalpartnership.org/content/rapid-review-gender-hardwiring-gpe-2025-operating-model-april-2025; GPE, *Thematic and Country-Level Evaluation Synthesis Report – Phase 1 (TCLE)*; GPE, *Results Report 2025*.

26. *GPE, Toward Climate-smart Education Systems: A 7-dimension Framework for Action* (Washington, DC: GPE, 2023), https://www.globalpartnership.org/content/toward-climate-smart-education-systems-7-dimension-framework-action.

27. MOPAN, *Assessment of the Global Partnership for Education 2024* (Paris: MOPAN, 2024).

28. GPE, *Thematic and Country-Level Evaluation Synthesis Report – Phase 1 (TCLE)*.

29. INTRAC for Civil Society, *Review of Education Out Loud – Phase 1 Report* (Oxford: INTRAC, 2024), https://www.globalpartnership.org/content/review-education-out-loud-phase-1-report-october-2024; INTRAC for Civil Society, *Review of Education Out Loud – Phase 2 Report* (Oxford: INTRAC, 2025), https://www.globalpartnership.org/content/review-education-out-loud-phase-2-report-march-2025; Ryne Consulting, *Review of the Global Partnership for Education Knowledge and Innovation Exchange – Final Report* (London: Ryne Consulting, 2024), https://www.globalpartnership.org/content/review-global-partnership-education-knowledge-innovation-exchange-final-report-october-2024; Technopolis Group, *Evaluation of the Global Partnership for Education Knowledge and Innovation Exchange (GPE KIX) Program – Evaluation Report* (Brighton: Technopolis Group, 2025), https://www.globalpartnership.org/content/evaluation-report-gpe-knowledge-and-innovation-exchange-program-april-2025.

30. GPE, *Results Report 2025*; UNESCO Institute for Statistics (UIS), *Foundational Learning Data Portal and Indicator Updates* (Montreal: UIS, 2023).

CONTACTO

information@globalpartnership.org

ESCRITÓRIOS

Washington
701 18th St NW
2º andar
Washington, DC 20006
Estados Unidos

Bruxelas
Avenue Marnix 17, 2º andar
B-1000, Bruxelas
Bélgica

Paris
66 Avenue d'Iéna
75116 Paris
França

Chennai
Global Infocity Park, Block C
11º andar
40 MGR Salai, Perungudi
Chennai, Tamil Nadu 600096
Índia

Nairobi
Delta Center Menengai Road
Upper Hill PO Box 30577-00100
Nairobi, Quénia

Publicado pela Parceria Global para a Educação
Janeiro de 2026

As designações utilizadas e a apresentação do conteúdo ao longo desta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte da Parceria Global para a Educação ou do Grupo Banco Mundial quanto ao estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou área, nem quanto às respetivas autoridades, fronteiras ou delimitações.

GPE Transformando a educação